



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante		9.473	8.767
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.718	3.831
Títulos e valores mobiliários	7	5.358	3.864
Contas a receber de clientes	6	1.310	879
Impostos a recuperar		40	148
Outros ativos		1.047	47
Não circulante		156.668	157.491
Imobilizado	8	155.126	157.364
Intangível		1.542	127
Total do ativo		166.141	166.258

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante		5.061	8.143
Empréstimos e financiamentos	9	3.227	3.001
Fornecedores	10	952	2.490
Salários, férias e encargos sociais		249	167
Impostos e contribuições sociais a recolher		259	212
Provisões de constituição de ativos	11	363	2.273
Outros passivos		11	–
Não circulante		82.483	79.804
Empréstimos e financiamentos	9	77.680	79.804
AFAc - partes relacionadas	13.1	4.803	–
Patrimônio líquido		78.597	78.311
Capital social	14	81.644	81.644
Prejuízo acumulado		(3.047)	(3.333)
Passivo e patrimônio líquido		166.141	166.258

liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015. A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado quando sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conexas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.6 Intangível: Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.7 Tributação:** **3.7.1 Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. E também: • Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica. **3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro proventus, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 3%. **3.8 Justeza:** **3.8.1 Valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos. **3.10 Reconhecimento da receita:** **3.10.1 Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com os riscos de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais. **3.11 Recitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras que são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos IV S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras de infraestrutura de energia elétrica, como Produtor Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA. A Companhia é controlada diretamente pela Windepar Holding S.A. ("Windepar"). **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 690 de 21 de março de 2016 da ANEEL, a Companhia foi liberada para a operação comercial a partir de 02 de março de 2016. **Implantação da linha de transmissão:** Em razão do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda., responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração - ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1987 que estabelece I) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 138 kV da EOL Pitombeira; II) aprova a alteração do ponto de conexão da EOL Pitombeira para a Subestação Russas II, em 230 kV; III) determina que a EOL Pitombeira e as EOL Goiaibera, EOL Ubatuba, EOL Santa Catarina e EOL Ventos de Horizonte implantem em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras de Energia - Subestações Russas II, em até 24 meses, contada da publicação do referido Despacho. Por esta razão, a Companhia está desobrigada da entrega de energia prevista nos CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada. Buscando compensar a EOL Pitombeira e as demais empresas citadas acima pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R\$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035. A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 07 de março de 2018. **2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Impacto de alterações de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos, não designados a valor justo, do custo de aquisição, menos o custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução do provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2017 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de outros ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu valor estimado de caixa futuro. A Companhia não identificou qualquer indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas no balanço patrimonial com base nas melhores estimativas de custo de recuperação, os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo. **3.3 Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal ou contrato de compensação de montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e

dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Numerário disponível	1.238	1.137
Aplicações financeiras	480	2.694
	1.718	3.831

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% do CDI em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras eram remuneradas, em média, 87,5% do CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos e valores mobiliários	5.358	3.864

O saldo da conta refere-se às garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média, de 70% em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica	1.310	877

8. IMOBILIZADO

Em serviço	Taxa	2016	Adi-ferên- cia	Reclas- sifica- ção	Ou- tros	2017		
Terrenos	2.550	–	–	–	–	2.550		
Edificações	3%	798	–	–	–	798		
Máquinas	5%	137.923	–	110	–	138.033		
Em curso								
Edificações	2	–	–	–	–	2		
Máquinas	–	110	–	(110)	–	–		
A.ratear	717	2.223	–	(2)	–	2.938		
Total	18.816	2.347	(7)	–	–	19.411		
Total do custo	160.806	4.680	(7)	–	(2)	(1.745)	163.732	
Depreciação								
Edificações	(18)	(26)	–	–	–	(44)		
Máquinas e equipamentos	(3.424)	(5.138)	–	–	–	(8.562)		
Total da depreciação	(3.442)	(5.164)	–	–	–	(8.606)		
Total do imobilizado líquido		157.364	(484)	(7)	–	(2)	(1.745)	155.126

(1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. (2) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante a implantação do empreendimento, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 10 (Empréstimos e financiamentos, e debêntures e encargos de dívida).

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016		
	(Em milhares de reais)	
	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	15	16,340
Custos operacionais	(7.208)	(10.042)
Compra de energia elétrica	(3)	(5.582)
Custos dos serviços prestados	(2.034)	(1.014)
Depreciação e amortização	(5.171)	(3.446)
Lucro bruto	8.469	4.000
(Despesas) Receitas operacionais	16	(401)
Administrativas e gerais	(357)	(113)
Pessoal	(21)	–
Honorários da diretoria e conselho de administração	(9)	(110)
Outras receitas operacionais	6	–
Lucro antes do resultado financeiro	17	8.068
Despesas financeiras	(7.660)	(6.860)
Receitas financeiras	17	525
Lucro (prejuízo) antes do IR e do CS	17	(7.135)
IR e CS correntes	933	(2.415)
Lucro (prejuízo) do exercício	18	(647)
	286	(3.141)

Outros resultados abrangentes
Total do resultado abrangente do exercício **286 (3.141)**

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições	(% a.a.)	Taxa efetiva	Encar- gos	Circulante	Prin- cipal	31/12/ 2017	31/12/ 2016	Não circulante - Principal	31/12/ 2017	31/12/ 2016
BNDES	2032	2,18%	265	2.962	3.227	3.001	77.680	79.804	–	–
			265	2.962	3.227	3.001	77.680	79.804	–	–

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 07 de março de 2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos X S.A. e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos I S.A., é de R\$ 81.644, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que serão ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032. O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2017 o ICSD Consolidado foi cumprido. As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos: **2019:** 3.230; **2020:** 3.494; **2021:** 3.780; **2022:** 4.089; **Após 2022:** 63.087; **Divida total:** 77.680.

10. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Materiais e serviços	952	2.490

11. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante	363	2.273

As provisões de constituição de ativos no montante de R\$ 363 e R\$ 2.273 em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financiamento de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, sendo a sua contrapartida registrada no ativo imobilizado em curso, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda que sejam relevantes.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações com partes relacionadas: Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo não circulante	4.803	–
AFAc - Windepar Holding S.A.	–	–
Compra de energia - Ferreira Gomes	–	(5.582)

13.2 Garantias: Empresa garantidora - Data da autorização - Órgão autorizador - Contrato - Garantia - Início do contrato - Encerramento do contrato - Valor do contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2017: Alupar/Windepar - 14/12/2015 - Conselho de Administração - Contrato de Financiamento BNDES nº 15.2.077.8.1 - Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACLACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Central Centralizadora, Conta reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuo e fiança corporativa - 11/02/2016 - 15/10/2032 - 81.041 - 80.930. **13.3 Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser paga aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo (a)	29	108
Remuneração do conselho	–	2
Total	29	110

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social
 O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 81.644 dividido em 81.644.013 ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2017 e 2016	
Ordinárias	81.644.013	
Quantidade	%	
Acionistas	81.644.012	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	81.644.013	100,00